

APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do mês de fevereiro de 2008 vamos apresentar o Balanço das Negociações dos Reajustes Salariais em 2007, indicadores econômicos do mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

ÍNDICE

Boletim de Conjuntura – Fevereiro de 2008

José Calixto Ramos – Presidente

Karla Cristina da Costa Braz - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte - CEP:
70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

E-mail: cnti@cnti.org.br **Site:** www.cnti.org.br

- I - BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES DOS REAJUSTES SALARIAIS EM 2007
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

Entre em contato conosco pelo e-mail:

sucnti@dieese.org.br

1 – BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES DOS REAJUSTES SALARIAIS EM 2007

A análise dos reajustes salariais negociados em 2007 aponta para a manutenção da tendência de recuperação do poder de compra dos salários dos trabalhadores brasileiros. O SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – trabalhou com um universo de 715 unidades de negociação dos diferentes setores da economia, das quais cerca de 96% asseguraram, no mínimo, a recomposição das perdas salariais ocorridas desde a data-base anterior.

Pelo quarto ano consecutivo, mais da metade das categorias acompanhadas obtiveram ganhos reais frente ao INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[§]. Desde a criação do SAS-DIEESE, em 1996, esse é o mais longo período em que predominam negociações que asseguram aumentos reais de salário. Entre 1996 e 2003, apenas por duas vezes essa proporção superou a casa dos 50%.

Em 2007, 88% das unidades de negociação acompanhadas pelo SAS-DIEESE garantiram percentual de reajuste salarial acima da variação do INPC-IBGE. Apesar de bastante próximo do resultado de 2006 - quando 86% dos reajustes foram superiores ao índice inflacionário - este é o melhor resultado de toda a série dos balanços de reajustes do DIEESE. A semelhança com o ano de 2006 também fica evidenciada nas duas outras faixas, igual e abaixo do INPC-IBGE (Tabela 1).

[§] Adota-se o INPC-IBGE como deflator por ser este o parâmetro mais comum para a definição da recomposição do poder de compra dos salários nas negociações coletivas.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 1996-2007

Ano	Acima do INPC-IBGE		Igual ao INPC-IBGE		Abaixo do INPC-IBGE		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1996	120	51,9	9	3,9	102	44,2	231	100,0
1997	184	39,1	73	15,5	213	45,3	470	100,0
1998	141	43,5	64	19,8	119	36,7	324	100,0
1999	111	35,1	46	14,6	159	50,3	316	100,0
2000	190	51,5	56	15,2	123	33,3	369	100,0
2001	214	43,2	97	19,6	184	37,2	495	100,0
2002	124	25,8	133	27,7	223	46,5	480	100,0
2003	103	18,8	126	23,0	319	58,2	548	100,0
2004	361	54,9	172	26,1	125	19,0	658	100,0
2005	459	71,7	104	16,3	77	12,0	640	100,0
2006	565	86,3	70	10,7	20	3,1	655	100,0
2007	627	87,7	59	8,3	29	4,0	715	100,0

Fonte: DIEESE

Resultados

Com relação aos reajustes que superaram a inflação, constata-se que aproximadamente 70% agregaram no máximo 2% de ganho real. Além disso, apenas 2,5% do painel obtiveram ganhos superiores a 4%. A Tabela 2 mostra a distribuição dos resultados obtidos em 2007.

Praticamente 8% dos reajustes negociados foram suficientes somente para igualar as perdas ocasionadas pela inflação desde a última data-base. Para 29 categorias, o percentual agregado aos salários sequer foi capaz de atingir o INPC-IBGE. Contudo, a grande maioria delas (26) obteve reajustes inferiores a esse índice em menos de 1%.

TABELA 2

Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE - Brasil, 2007

Variação	nº	%
Acima do INPC	627	87,7
Mais de 5% acima	10	1,4
De 4,01% a 5% acima	8	1,1
De 3,01% a 4% acima	20	2,8
De 2,01% a 3% acima	93	13,0
De 1,01% a 2% acima	254	35,5
De 0,01% a 1% acima	242	33,8
Igual ao INPC	59	8,3
De 0,01% a 1% abaixo	26	3,6
De 1,01% a 2% abaixo	3	0,4
Abaixo do INPC	29	4,0
Total	715	100,0

Fonte: DIEESE

Em linhas gerais, apesar de o percentual de unidades de negociação com reajustes superiores ao INPC-IBGE ter apresentado ligeira melhora na comparação com 2006, verifica-se uma retração na magnitude dos ganhos reais. Em 2006, 70% dos reajustes apresentaram ganhos reais de mais de 1%; já em 2007, esses equivaleram a cerca de 60%. É também significativa a queda na proporção de reajustes que superaram 3% de aumento: de 14% para 6% (Tabela 3).

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

TABELA 3

Distribuição dos reajustes salariais superiores ao INPC-IBGE Brasil – 2006 e 2007

Variação	2006			2007		
	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.
De 0,01% a 1% acima	171	30,3	30,3	242	38,6	38,6
De 1,01% a 2% acima	187	33,1	63,4	254	40,5	79,1
De 2,01% a 3% acima	130	23,0	86,4	93	14,8	93,9
De 3,01% a 4% acima	46	8,1	94,5	20	3,2	97,1
De 4,01% a 5% acima	17	3,0	97,5	8	1,3	98,4
Mais de 5% acima	14	2,5	100,0	10	1,6	100,0
Total	562	100,0	-	627	100,0	-

Fonte: DIEESE

Reajustes salariais por setores econômicos

No que diz respeito aos setores econômicos, 2007 revela algumas diferenças na comparação com o ano anterior. As unidades de negociação do setor industrial apresentaram um desempenho melhor: se em 2006 menos de 90% das negociações analisadas nesse setor conquistaram aumentos superiores ao INPC-IBGE, em 2007, essa proporção subiu para 94%.

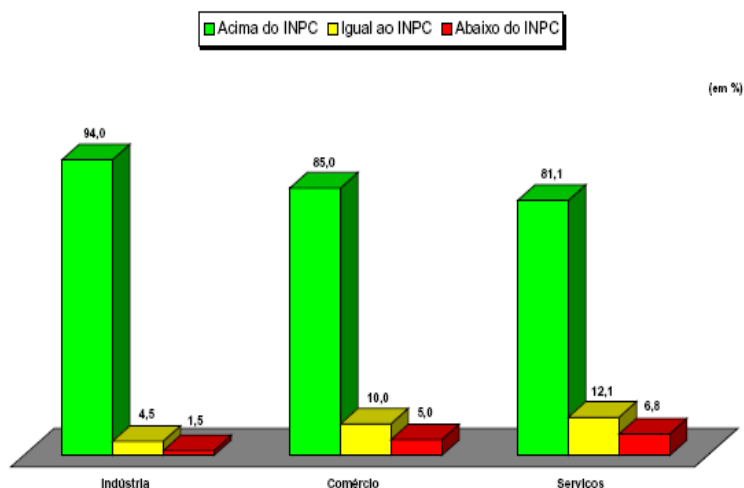
Já para os trabalhadores alocados em estabelecimentos comerciais, o resultado foi mais favorável em 2006, quando 91% das negociações do setor asseguraram ganhos reais. Em 2007, foram aproximadamente 85%.

As negociações do setor de serviços seguem com os resultados menos favoráveis para os trabalhadores: 81% negociaram percentuais que

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

garantiram ganho real, ao passo que 12% obtiveram apenas o INPC-IBGE e 7% sofreram corrosão salarial - percentual superior ao de 2006 (4%) (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais por setores em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2007



Fonte: DIEESE

Reajustes salariais por data-base

A classificação dos reajustes por data-base expressa certa homogeneidade. Os meses de julho e novembro merecem destaque, pois respectivamente, 100% e 98% das categorias conseguiram ampliar o poder de compra dos salários. Já em outubro, 13% obtiveram percentuais insuficientes para repor as perdas, proporção três vezes superior ao apurado no ano. A análise dos dados não permite formular

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

hipóteses seguras sobre o comportamento das negociações por data-base, salvo as circunstâncias restritas ao âmbito de cada negociação.

A data-base maio, tradicionalmente o mês com maior registro de negociações no SASDIEESE, representando 32% do painel de 2007, segue o comportamento verificado na totalização anual (Tabela 4).

TABELA 4
Distribuição dos reajustes salariais por data-base em relação ao INPC-IBGE - Brasil, 2007

Variação	Data-Base												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Acima do INPC	93,7	85,0	78,0	84,6	89,8	86,7	100,0	86,7	82,2	73,7	98,3	92,9	87,7
Igual ao INPC	4,8	15,0	18,7	9,6	6,6	8,9	0,0	6,7	8,9	13,2	1,7	0,0	8,3
Abaixo do INPC	1,6	0,0	3,3	5,8	3,5	4,4	0,0	6,7	8,9	13,2	0,0	7,1	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE

Obs.: Por conta de arredondamentos, os percentuais podem, por um décimo, não somar 100.

Reajustes Salariais por tipo de negociação

A investigação dos resultados das negociações por tipo de documento não revela diferenças significativas**, embora os reajustes que

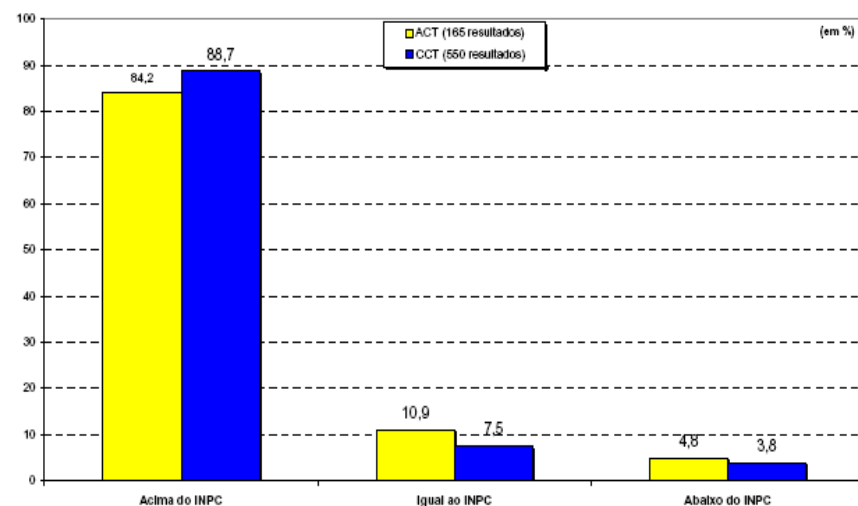
** Os tipos de documentos analisados são: 1) Convenção Coletiva de Trabalho – documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas dos trabalhadores e entidades sindicais representativas das empresas e 2) Acordo Coletivo de Trabalho – documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas dos trabalhadores e uma empresa ou conjunto de empresas.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

resultaram na ampliação do poder aquisitivo sejam mais frequentes no domínio das convenções coletivas, (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

Distribuição de acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas de trabalho em comparação com o INPC-IBGE - Brasil, 2007



Fonte: DIEESE

Modalidades especiais das negociações salariais

Entre as formas de pagamento dos reajustes negociados, continua a prevalecer pagamentos em apenas uma parcela (97%), certamente impulsionados pelos baixos patamares inflacionários dos últimos anos. Somente em 3% dos casos detecta-se o fracionamento da concessão do

reajuste, geralmente em duas parcelas. À exceção de uma negociação, o reajuste parcelado foi associado a aumentos reais de salário (Tabela 5).

TABELA 5

Número e porcentagem de reajustes salariais pagos em uma ou mais parcelas Brasil, 2007

Condição	nº	%
Pagamento em uma vez	691	96,6
Pagamento parcelado	24	3,4
em 2 vezes	23	3,2
em 3 vezes	1	0,1
Total	715	-

Fonte: DIEESE

Quanto aos reajustes escalonados e abonos salariais negociados em 2007, 97 unidades de negociação – cerca de 14% do total – registraram reajustes pagos de maneira diferenciada, ou seja, em percentuais mais elevados para as faixas salariais inferiores. Já os abonos – pagamento de uma quantia monetária não incorporável aos salários – foram registrados em apenas 9% dos documentos examinados, sempre associados a reajustes salariais. Em conjunturas anteriores, os abonos foram utilizados para compensar reajustes inferiores ao INPC-IBGE ou, até mesmo, para substituí-los.

TABELA 6
Número e porcentagem de casos de escalonamento de reajustes e de concessão de abonos salariais Brasil, 2007

Condição	nº	%
Total de escalonamentos	97	13,6
Escalonamento sem abono salarial	79	11,0
Abono salarial sem escalonamento	45	6,3
Abono salarial e escalonamento	18	2,5
Total de abonos salariais	63	8,8

Fonte: DIEESE

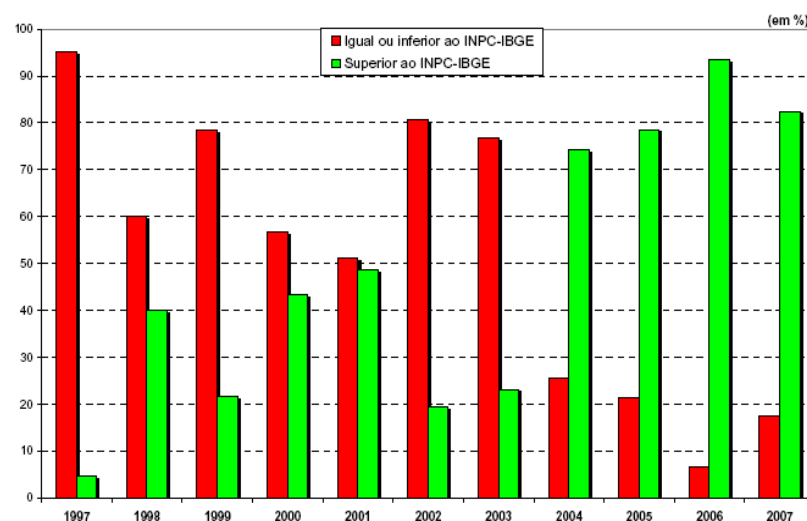
A frequência de reajustes escalonados^{††} nas negociações coletivas ocorridas entre 1997 e 2007 pode ser vista no Gráfico 3.

Os reajustes escalonados, quando associados a percentuais superiores à variação dos índices de custo de vida, podem contribuir para uma desejada redução do leque salarial vigente, uma vez que conciliam a elevação do poder de compra dos menores salários à manutenção do poder aquisitivo dos salários mais altos. Entretanto, se combinados a percentuais inferiores à variação do custo de vida, podem provocar rebaixamento do patamar salarial.

^{††} Sobre o critério de análise dos reajustes escalonados, ver item 9 das Notas Metodológicas, ao fim do estudo

No caso dos reajustes concedidos de forma escalonada, pode-se observar que a proporção daqueles localizados em patamar igual ou abaixo do INPC-IBGE, entre 1997 e 2003, foi sempre superior a dos demais; e que, a partir de 2004, essa tendência se inverteu, passando a predominar reajustes situados acima desse índice. Deve-se salientar, no entanto, que, em 2007, a proporção de reajustes escalonados superiores ao INPC-IBGE – que atingiu 94% em 2006 – caiu para 83%.

GRÁFICO 3
Distribuição dos reajustes escalonados em comparação com o INPC-IBGE - Brasil, 1997 a 2007



Fonte: DIEESE

Resultados frente ao ICV-DIEESE

Utilizando-se o ICV-DIEESE – Índice de Custo de Vida, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – como parâmetro de comparação dos reajustes, constata-se que não ocorrem alterações significativas no comportamento das negociações salariais. A ampliação do poder de compra se dá em 93,5% das negociações; apenas 1% dos reajustes se igualou ao ICV-DIEESE acumulado desde a última data-base, e em 5,5% dos casos o percentual negociado foi insuficiente para reverter as perdas inflacionárias.

TABELA 7

Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o ICV-DIEESE-Brasil, 2007

Variação	nº	%
Acima do ICV	668	93,4
Mais de 5% acima	11	1,5
De 4,01% a 5% acima	11	1,5
De 3,01% a 4% acima	34	4,8
De 2,01% a 3% acima	127	17,8
De 1,01% a 2% acima	242	33,8
De 0,01% a 1% acima	243	34,0
Igual ao ICV	7	1,0
De 0,01% a 1% abaixo	38	5,3
De 1,01% a 2% abaixo	2	0,3
Abaixo do ICV	40	5,6
Total	715	100,0

Fonte: DIEESE

Considerações Finais

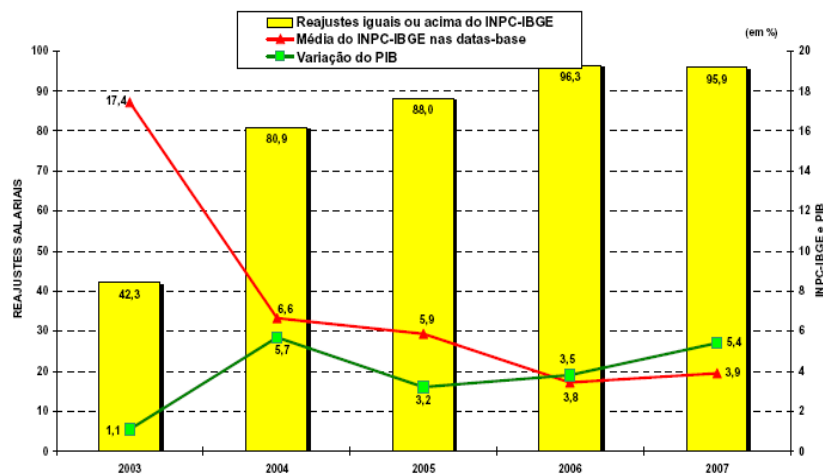
O ano de 2007 ficará marcado como mais um período de conquistas para os trabalhadores brasileiros no campo da negociação salarial. Esses resultados favoráveis decorrem da configuração de um ambiente propício à negociação coletiva dado, entre outros fatores, pela estabilidade inflacionária, pelo crescimento econômico e pela queda nas taxas de desemprego, além da ação sindical.

O Gráfico 4 busca captar a possível relação existente entre três indicadores: 1) as médias anuais dos reajustes necessários (segundo o INPC-IBGE) para a recomposição do poder aquisitivo dos salários em cada data-base, 2) a variação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional e 3) o desempenho das negociações salariais no período compreendido entre 2004 e 2007.

As informações evidenciam a estreita relação existente entre inflação e resultados das negociações salariais: à medida que o INPC-IBGE acumulado se reduz, aumenta a proporção de negociações com reajustes iguais ou superiores a esse índice. Entre 2003 e 2004, por exemplo, momento de mudança no padrão de comportamento dos reajustes salariais, o INPC-IBGE médio cai de 17,4% para 6,6% e o percentual de reajustes iguais ou acima desse índice salta de 42% para 81%. Em 2005, quando o INPC-IBGE médio correspondeu a 6%, quase 90% das negociações asseguraram resultados positivos. Em 2006 e 2007, com inflação média acumulada inferior a 4%, quase a totalidade das negociações assegurou percentuais de reajustes idênticos ou superiores ao INPC-IBGE.

GRÁFICO 4

Percentual de negociações com reajuste salarial igual ou acima do INPC-IBGE, média anual do INPC-IBGE acumulado nas datas-base e variação do PIB Brasil, 2003 a 2007



Fonte: DIEESE

Se é nítida a influência da inflação sobre a negociação dos reajustes salariais, o mesmo não ocorre em relação ao PIB. Os dados do Gráfico 4 não revelam alterações na proporção de reajustes salariais superiores ao INPC-IBGE em face do melhor desempenho daquele indicador.

Quando são comparados os ganhos reais obtidos pelos trabalhadores nos últimos quatro anos com a taxa de crescimento do PIB referente ao ano anterior percebe-se que somente em 2004 – quando o PIB do ano anterior correspondeu a apenas 1,1% – foi significativa a proporção de negociações que resultaram em aumentos reais iguais ou superiores

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

a esse indicador (Tabela 8). Mesmo assim, esse percentual representou menos da metade do total de registros analisados (44%).

Nos anos posteriores, quando a variação do PIB oscilou entre 3% e 6%, foi insignificante o percentual de negociações que conquistaram aumentos reais de mesma magnitude. Em 2005, considerando o crescimento de 5,7% do PIB do ano anterior, verifica-se que nenhuma das 658 negociações então analisadas obteve ganhos reais nessa proporção. Já em 2006, quando se leva em conta a variação de 3,2% do PIB de 2005, percebe-se que cerca de 10% das negociações coletivas garantiram aumentos reais iguais ou superiores a esse patamar. Em 2007, menos de 3% dos aumentos reais registrados equivaleram ou superaram a taxa de crescimento do PIB de 2006, que correspondeu a 3,8%.

TABELA 8

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto e proporção de negociações coletivas que asseguraram reajustes salariais iguais ou superiores à variação do PIB Brasil, 2004 – 2007

ANO	PIB Taxa de crescimento (%)	Negociações que asseguraram aumentos reais iguais ou superiores à variação do PIB do ano anterior		Total de Unidades de Negociação analisadas nº
		(%)	nº	
2003	1,1	-	-	-
2004	5,7	44,2	291	658
2005	3,2	0,0	0	640
2006	3,8	9,6	63	655
2007	5,4	2,7	19	715

Fonte: DIEESE

Nota: A proporção de aumentos reais conquistados em cada ano foi comparada à taxa de crescimento do PIB do ano anterior.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Esses dados indicam que, embora o crescimento econômico seja extremamente favorável e crie um ambiente propício às negociações coletivas de trabalho, seus bons resultados ainda não foram incorporados aos salários dos trabalhadores. É neste momento que se deve pautar a necessidade de repartição dos ganhos de produtividade, através da qual os trabalhadores terão a oportunidade de elevar o patamar salarial vigente, profundamente rebaixado nas últimas três décadas.

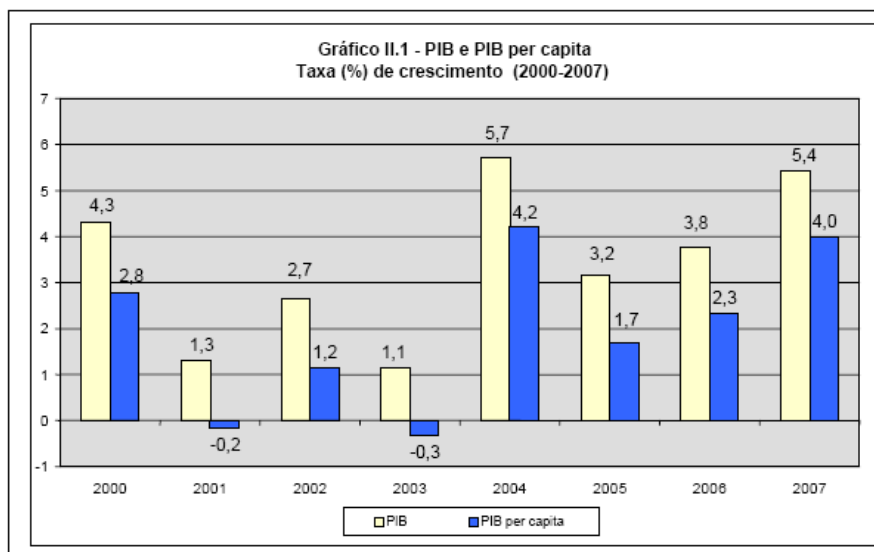
Ressalte-se que o PIB – indicador que expressa o crescimento médio da atividade econômica nacional – pode ser tomado como referência para as reivindicações por aumentos reais dos salários, como previsto nas regras de reajuste do Salário Mínimo oficial, conquistadas pelas Centrais Sindicais e atualmente em vigor.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Estudos e Pesquisas - março de 2008. Acesse www.dieese.org.br

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

2 – CONJUNTURA ECONÔMICA

O IBGE divulgou em 12 de março último, o PIB (Produto Interno Bruto), que é a soma de tudo que é produzido no país durante o ano. O resultado foi melhor do que o esperado, 5,4%, uma vez que as estimativas giravam em torno de 5,0% a 5,2%, surpreendendo até os mais otimistas. Este foi o melhor resultado desde 2004, quando registrou crescimento de 5,7%. Em valores, o PIB atingiu a marca dos R\$ 2,6 trilhões. O PIB per capita que é definido como a divisão do total do PIB pela população residente ^{‡‡}, avançou 4,0% em 2007, atingindo R\$ 13.515.



Pelo lado da oferta, os destaques foram para a Agropecuária (5,3%), Indústria (4,9%) e Serviços (4,7%).

^{‡‡} 189,3 milhões de habitantes em 2007.

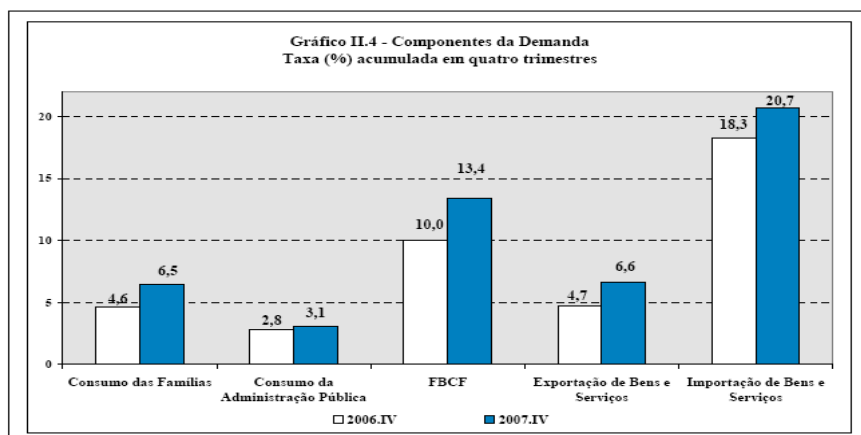
Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

A agropecuária registrou aumento de 5,3%, principalmente pelo desempenho da lavoura. Os destaques positivos do ano foram o trigo (62,3%), algodão herbáceo (33,5%), milho em grão (20,9%), cana (13,9%) e soja (11,1). Por outro lado, influenciaram negativamente o café em grão (-16,7%), arroz em casca (-3,7%) e o feijão (-4,4%).

No setor industrial, os subsetores que se destacaram foram a Indústria da Transformação (5,1%), seguida pela Construção Civil e Eletricidade e gás, Esgoto e limpeza urbana, ambos com crescimento de 5,0%. A Indústria Extrativa registrou elevação de 3,0% em decorrência principalmente, do crescimento anual de 0,8% na extração de petróleo e gás e de 10,7% na extração de minério de ferro.

A demanda interna foi puxada pelo consumo das famílias e pelo investimento, que cresceram 6,5% e 13,4% respectivamente. Dos 5,4%, 3,9 pontos percentuais vieram do consumo das famílias, 2,2 pp do investimento e 0,6 pp do consumo do governo.

A taxa de crescimento do consumo das famílias, 6,5% foi influenciada principalmente pelo aumento de 3,6% na massa salarial, 28,8% no crédito para pessoa física e de 20,3% nas importações.



Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Quanto aos investimentos, o aumento em máquinas, equipamentos e gastos em Construção Civil, medido pela formação bruta de capital fixo (FBKF), elevou a taxa de investimento sobre o PIB para 17,6% a maior dos últimos 12 anos. A produção nacional e a importação de bens de capital impulsionaram o investimento e cresceram 19,3%, enquanto a Construção Civil cresceu 5,1%.

Na análise do setor externo, observa-se que as exportações de Bens e Serviços apresentaram crescimento de 6,6% e as importações de Bens e Serviços tiveram elevação de 20,7%. Vale ressaltar, que desde 2006 o crescimento das exportações tem sido inferior ao das importações, o que já sinaliza uma deteriorização das contas externas do país, o que pode levar a uma nova fase de dependência de capital externo.

Para o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o resultado do PIB foi “excelente”, mas pondera dizendo que tal resultado não deve ser visto com excesso de entusiasmo. O objetivo do governo, segundo afirma, é manter o ritmo de crescimento gradual para evitar desequilíbrios na oferta ou o aumento da inflação. Afirmou ainda que país vive um ciclo de crescimento sustentado, o que deve continuar a ocorrer nos próximos anos. Não se trata de um crescimento momentâneo, de um ou dois anos. Já estamos a quatro anos acima de 3,0%, constatou o ministro.

Fonte: IBGE e Imprensa

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

3 - INDICADORES ECONÔMICOS

3.1 – Mercado de Trabalho

Quanto ao **mercado de trabalho formal**^{§§} brasileiro, em fevereiro de 2008, foram gerados **204.963** postos de trabalho celetistas, resultando no crescimento de 0,70% em relação ao estoque do mês anterior. No acumulado do ano, os dados mostram um acréscimo de 347.884 empregos (+ 1,2%). Nos últimos 12 meses, verificou-se um crescimento de 6,2%, equivalente ao aumento de 1.711.789 empregos formais.

Setorialmente, a expansão do emprego em fevereiro foi resultado do bom desempenho dos **Serviços** (74.441 postos ou + 0,65%), **Indústria da Transformação** (46.812 ou +0,66%), **Construção Civil** (27.574, ou + 1,76%), **agricultura** (25.239 ou + 1,67%) e a **Administração Pública** (15.276, ou +2,84%).

Quanto a **Indústria da Transformação**, os dados mostram que os ramos industriais que mais se destacaram na criação de empregos no mês em questão foram a **Indústria de produtos alimentícios e bebidas** (13.271 postos), **Indústria Metalúrgica** (7.101 postos), ambas com resultados recordes para o período, **Indústria Mecânica** (6.382 postos) e a **Indústria de calçados** (5.034 postos).

^{§§} O Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados é divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e registra mensalmente todas as contratações e demissões regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ficam de fora da estatística os servidores públicos e empregados domésticos.

TABELA 1
Evolução do emprego formal por Setores e Subsetores
Selecionados - Brasil 2007 – 2008

SETORES E SUBSETORES	SALDO DE EMPREGOS JAN/FEV	SALDO DE EMPREGOS JAN/FEV	VARIAÇÃO 2008/2007 (%)
IND. EXTRAT. MINERAL	1.708	1.457	-14,70
IND. TRANSFORMAÇÃO	69.910	105.857	51,42
PROD.MIN NÃO MET	86	3.353	3798,84
METALURGICA	11.019	15.619	41,75
MECÂNICA	7.852	15.194	93,50
MAT ELET. COMUM	3.774	4.770	26,39
MAT TRANSPORTE	7.716	8.905	15,41
MAD E MOBILIÁRIO	2.040	1.108	-45,69
PAP. PAPELÃO. EDIT	1.731	3.160	82,55
BOR. FUM. COUROS	10.823	6.234	-42,40
QUIM. PR.FARM. VET	5.831	6.896	18,26
TÊXTIL, VESTUÁRIO	8.976	6.431	-28,35
CALÇADOS	6.591	8.912	-35,21
PROD ALIMENT. BEB	3.471	25.275	628,18
SERV.IND. UT. PUB	1.779	2.464	38,50
CONSTRUÇÃO CIVIL	17.230	66.217	284,31
TOTAL INDÚSTRIA	90.927	175.995	93,56

Fonte: CAGED/MTE

Em termos geográficos, os dados mostram elevação no nível de emprego nas regiões do Sudeste (+140.956 postos ou 0,87%), Sul (47.759 postos ou + 0,88%), Centro Oeste (28.367 postos ou 1,39%) e Norte (2.600, ou 0,22%). A região Nordeste apresentou decréscimo no nível de emprego (-14.719, ou -0,35%), devido à influência de fatores sazonais relacionados ao complexo sucroalcooleiro. No que diz respeito às unidades da Federação, os melhores resultados foram de São Paulo (+98.652 postos), Minas Gerais (+ 27.792 postos), Rio Grande do Sul (+ 20.080 postos), Paraná (+ 14.730 postos) e Santa Catarina (+12.949 postos). Em contrapartida, os estados da Paraíba (-6.060 postos), Pernambuco(-4.770 postos), Rio Grande do Norte (-3.061 postos) e Alagoas (-2.528 postos) reduziram o contingente de trabalhadores com carteira assinada, em função da sazonalidade negativa já mencionada.

TABELA 2
Evolução do Emprego por Nível Geográfico - Brasil, Regiões e UF's - 2007-2008

UF's	SALDO DE EMPREGOS JAN/FEV 2007	SALDO DE EMPREGOS JAN/FEV 2008	VARIAÇÃO 2008/2007 (%)
Brasil	253.487	347.884	37,24
Norte	3.886	3.806	-2,06
Acre	-369	-283	-23,31
Amazonas	1.578	1.337	-15,27
Amapá	173	-339	-295,95
Pará	-107	554	617,76
Rondônia	977	1.143	16,99
Roraima	230	387	68,26
Tocantins	1.404	1.007	-28,28
Nordeste	-49.071	-21.732	-55,71
Alagoas	-13.459	-3.307	-75,43
Bahia	5.079	3.524	-30,62
Ceará	-4.945	-6.448	30,39
Maranhão	1.641	1.569	-4,39
Paraíba	-7.739	-5.742	-25,80
Pernambuco	-25.910	-7.437	-71,30
Piauí	-308	172	155,84
Rio Grande do Norte	-4.258	-4.970	16,72
Sergipe	828	1.307	57,85
Sudeste	178.731	218.107	22,03
Espírito Santo	2.054	5.991	191,67
Minas Gerais	24.686	38.247	54,93
Rio de Janeiro	9.409	10.105	7,40
São Paulo	142.582	163.764	14,86
Sul	80.456	96.657	20,14
Paraná	22.821	27.047	18,52
Rio Grande do Sul	25.563	39.109	52,99
Santa Catarina	29.072	30.501	4,92
Centro-Oeste	39.485	51.046	29,28
Distrito Federal	-1.155	4.408	481,65
Goiás	18.307	22.834	24,73
Mato Grosso	14.880	15.688	5,43
Mato Grosso do Sul	7.453	8.116	8,90

Fonte: MTE/CAGED

3.2 – Taxas de Inflação

O custo de vida no município de São Paulo ou ICV é calculado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em três níveis distintos de rendimentos familiares. Em fevereiro, o ICV-DIEESE apresentou pequena deflação de -0,03%, 0,91 ponto percentual (pp) abaixo da taxa de janeiro (0,88%). De um modo geral, os reajustes de valores dos grupos e subgrupos que compõem o ICV apontaram variações pequenas. As principais contribuições positivas para o cálculo da taxa de fevereiro foram observadas nos grupos: Saúde (0,03pp) e Habitação (0,01pp); e mais negativa no grupo Transporte (-0,05pp). (Tabela 1).

Na Saúde (0,22%), foi no grupo de assistência médica (0,28%) que ocorreram os maiores reajustes, especialmente nas consultas médicas (1,10%) e nos seguros e convênios médicos (0,10%).

No grupo Habitação (0,07%), os aluguéis(0,64%) pressionaram a taxa para cima e os produtos de limpeza doméstica(-0,36%) apresentaram comportamento inverso.

A deflação ocorrida no Transporte (-0,32%) tem origem no subgrupo individual (-0,71%), consequência da queda de preço dos combustíveis (-1,38%), ocorrida tanto no álcool (-2,01%) como na gasolina (-1,23%).

TABELA 1
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Variação por grupo
Município de São Paulo – Fevereiro/2008

GRUPOS	VARIAÇÃO (em %)
Fevereiro de 2008	
ICV-TOTAL GERAL	-0,03
Saúde	0,22
Habitação	0,07
Transporte	-0,32

Fonte: DIEESE

Elaboração SS DIEESE CNTI

Nos últimos 12 meses – entre março de 2007 e fevereiro de 2008 – o ICV-DIEESE acumula alta de 4,48 %. Os aumentos nesse período deram-se de maneira bastante heterogênea entre os grupos que compõem o ICV-DIEESE. As maiores altas foram observadas na Alimentação (12,88%), Despesas Pessoais (6,59%) e Educação e leitura (4,74%). Já as menores variações foram detectadas nos seguintes grupos: Vestuário (-2,09%), Equipamento Doméstico (-1,87%) e Transporte (-0,46%).

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda *** para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE encontram-se na Tabela 2.

*** O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

TABELA 2
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxa geral e por estrato de renda
Município de São Paulo

Índices	Jan/08 (%)	Fev/08 (%)	Diferença (pp)
Geral	0,88	-0,03	-0,91
Estrato 1	0,98	0,05	-0,93
Estrato 2	0,86	0,00	-0,85
Estrato 3	0,87	-0,06	-0,94

Fonte: DIEESE

Elaboração SS DIEESE CNTI

O IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação.

A variação da taxa em fevereiro foi de 0,49%, pouco abaixo da taxa de 0,54% referente a janeiro. Nos últimos doze meses, por outro lado, o resultado foi de 4,61%, pouco superior à taxa dos doze meses imediatamente anteriores (4,56%). Em fevereiro de 2007 o IPCA havia registrado taxa de 0,44%. O IPCA do mês concentrou alta de 3,47% em **Educação**, que apresentou a maior variação e maior contribuição: 0,24pp. Neste grupo, refletindo a típica aplicação de reajustes no início do ano letivo, os aumentos nas mensalidades dos cursos de ensino formal ficaram em 4,09% e constituíram-se no item de maior contribuição individual no índice do mês: 0,20 pp. O grupo Alimentação e Bebidas, mesmo com variação de 0,60%, bem menor que a do mês anterior (1,52%), contribuiu com 0,13 pp, representando a

segunda maior contribuição de grupos para o resultado do mês. O **feijão** (8,21% em fevereiro contra 14,02% em janeiro), apesar da menor variação de um mês para o outro, continuaram com seus preços em ascensão. Por outro lado, as **carnes**, cuja variação em janeiro foi de 0,29%, apresentaram queda de 1,00%.

Em contraposição à alta da **educação**, foi mais baixa a variação das tarifas dos **ônibus urbanos** (de 1,19% para 0,49%), enquanto os **combustíveis** tiveram queda de 1,42%. O **álcool** ficou 2,31% mais barato, influenciando a **gasolina**, cujo litro passou a custar menos 1,42%.

Dentre os índices regionais, em razão, principalmente, dos aumentos registrados nos **ônibus urbanos** (5,16%), **Recife** ficou com o maior índice regional, 1,23%. **Curitiba** (0,33%), **Porto Alegre** (0,36%) e **São Paulo** (0,37%) foram as regiões que apresentaram os menores resultados.

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

O resultado de fevereiro apresentou variação de 0,48%, bem abaixo do resultado de janeiro 0,69%. Nos últimos doze meses o resultado foi 5,41%. Em fevereiro de 2007 o **INPC** foi de 0,42%.

Os **produtos alimentícios** apresentaram variação de 0,89%, enquanto os **não-alimentícios** aumentaram 0,31%. O maior índice regional foi registrado em **Recife** (1,26%) e o menor em **São Paulo** (0,18%).

TABELA 3
Taxas de Inflação
Brasil – 2004 – 2008

Período	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
2007	4,80	5,16	4,46
jan/08	0,88	0,69	0,54
fev/08	-0,03	0,48	0,49
DATA BASE 1° DE MARÇO DE 2008	4,48	5,43	4,61

Fonte: DIEESE e IBGE

3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

O custo do conjunto de itens de alimentação que compõem a cesta básica apresentou, em fevereiro, predominância de queda entre as 16 capitais onde o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Estudos Socioeconômicos – realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Cinco capitais mantiveram comportamento altista, sendo quatro cidades do Nordeste – João Pessoa (6,31%), Fortaleza (4,40%), Recife (3,07%), Natal (2,73%) – e mais Porto Alegre (0,18%). Dentre as 11 localidades onde houve queda, os destaques foram Goiânia (-5,16%), Belo Horizonte (-4,78%) e Salvador (-3,03%).

O maior custo para o conjunto de produtos alimentícios básicos foi apurado em São Paulo (R\$ 226,20), vindo a seguir Porto Alegre (R\$ 214,65). Os menores valores foram verificados em Aracaju (R\$ 165,35) e Salvador (R\$ 167,77).

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em janeiro de 2008, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido^{†††} necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

^{†††} Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais
Brasil – Fevereiro de 2008

Capital	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)	Variação Anual (%)
João Pessoa	6,31	169,88	48,59	98h 21min	9,54	20,02
Fortaleza	4,40	171,94	49,18	99h 33min	8,58	20,30
Recife	3,07	172,03	49,21	99h 36min	10,69	15,52
Natal	2,73	176,74	50,55	102h 19min	5,26	21,21
Porto Alegre	0,18	214,65	61,40	124h 16min	0,81	16,12
Brasília	-0,22	208,74	59,71	120h 51min	8,03	17,88
Vitória	-0,32	197,90	56,61	114h 34min	4,43	14,78
Curitiba	-0,64	196,50	56,21	113h 46min	4,95	13,39
Belém	-0,72	191,43	54,76	110h 50min	0,75	17,29
Rio de Janeiro	-1,16	203,82	58,30	118h 00min	4,81	14,71
Florianópolis	-1,24	193,97	55,48	112h 18min	1,65	12,87
São Paulo	-1,26	226,20	64,70	130h 57min	5,39	21,64
Aracaju	-1,97	165,35	47,30	95h 44min	-3,39	16,72
Salvador	-3,03	167,77	47,99	97h 08min	5,71	17,13
Belo Horizonte	-4,78	206,42	59,04	119h 30min	0,79	11,36
Goiânia	-5,16	185,06	52,93	107h 08min	-2,26	18,49

Fonte: DIEESE

Em doze meses, ou seja, de março de 2007 a fevereiro último, a elevação verificada no preço da cesta básica mantém-se acima de 20,0% em quatro capitais: São Paulo (21,64%), Natal (21,21%), Fortaleza (20,30%) e João Pessoa (20,02%). Belo Horizonte (11,36%), Florianópolis (12,87%) e Curitiba (13,39%) apresentam as menores variações acumuladas em um ano.

O salário mínimo necessário é estimado com base no valor apurado para a cesta mais cara entre as capitais, São Paulo –. Em fevereiro, este piso deveria corresponder a **R\$ 1.900,31**, 5,06 vezes o valor do salário mínimo, e cerca de R\$ 24,28 a mais que o valor apurado para janeiro, quando chegou a R\$ 1.924,59 (5,06 vezes o mínimo em vigor de R\$ 380,00).

Com a predominância de queda no custo da cesta básica, em fevereiro, houve pequena redução no tempo de trabalho necessário para a aquisição dos gêneros alimentícios essenciais. Assim, se em janeiro, na média das 16 capitais o trabalhador que ganha salário mínimo precisava cumprir uma jornada de 110 horas e 46 minutos para adquirir os produtos que compõem a cesta básica, em fevereiro passaram a ser exigidas 110 horas 18 minutos. Em fevereiro de 2007, a jornada ficava em 102 horas e 37 minutos.

A mesma análise pode ser realizada considerando o percentual do rendimento líquido comprometido com a compra dos produtos essenciais, ou seja, após a dedução da parcela referente à Previdência Social. A compra dos produtos básicos comprometeu, em fevereiro, 54,50% do rendimento líquido do trabalhador que ganha salário mínimo. Em janeiro último eram necessários 54,73%. Há um ano, o comprometimento era de 50,51%.

4 – DESEMPENHO SETORIAL

4.1 – Indústria Geral

Resultados de Janeiro de 2008

Em janeiro de 2008, a produção industrial, calculada pelo IBGE, avançou 1,8% frente a dezembro. O acréscimo observado entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008, atingiu 16 dos 27 ramos pesquisados. Entre as indústrias que aumentaram a produção, o movimento de maior importância para o resultado global veio de veículos automotores (9,0%), refletindo a forte recuperação observada na fabricação de automóveis em janeiro. Vale citar também as contribuições positivas de alimentos (3,9%) e de outros produtos químicos (5,7%).

Em relação a janeiro de 2007, a Indústria avançou 8,5% , registrando o décimo nono resultado positivo consecutivo, com expansão em 21 das 27 atividades pesquisadas. As principais contribuições positivas vieram dos veículos automotores (23,8%); outros produtos químicos (14,6%); máquinas e equipamentos (9,3%); refino de petróleo e produção de álcool (8,0%) e alimentos (4,3%). Entre os seis itens que registraram queda, a maior pressão sobre a média da indústria foi verificada em máquinas para escritório e equipamentos de informática (-10,9%).

Em janeiro, os resultados regionais da produção industrial registraram expansão em onze dos quatorze locais pesquisados. Entre as áreas com crescimento na produção acima da nacional (1,8%), os destaques ficam com Paraná (6,5%) e Amazonas (5,7%). Os demais locais com avanços maiores que a média variam suas taxas entre os 3,4% em São Paulo e os 2,0% registrados pelo Rio Grande do Sul. Crescendo abaixo da média nacional figuram: Pará (1,7%), Minas Gerais (1,3%) e Bahia (0,4%). Por outro lado, Ceará (-3,2%), Espírito Santo (-2,7%) e região Nordeste (-0,8%) mostram recuo entre os dois meses.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

No indicador acumulado nos últimos doze meses os resultados positivos atingiram todos os locais pesquisados. As indústrias de Minas Gerais (9,0%), Espírito Santo (8,1%), Paraná (7,9%), Rio Grande do Sul (7,7%), São Paulo (6,9%) continuaram registrando as taxas mais elevadas, apoiadas, principalmente, em setores produtores de bens de consumo duráveis e de “*commodities*”. Este padrão de desempenho está relacionado à evolução favorável do consumo interno, impulsionado pela expansão do crédito e do aumento da massa salarial, e à sustentação do bom desempenho das vendas do país para o mercado externo. Com expansão na atividade industrial, mas em um ritmo de crescimento inferior ao do total do país (6,3%) figuraram ainda: Pernambuco (5,5%), Santa Catarina (5,5%), Amazonas (5,2%), região Nordeste (3,1%), Pará (2,4%), Rio de Janeiro (2,4%), Bahia (1,5%), Goiás (1,4%) e Ceará (0,5%).

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>